



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 11030.000175/2004-18  
Recurso nº : 130.086  
Acórdão nº : 201-79.291



2º CC-MF  
Fl.

Recorrente : COOPERATIVA TRITÍCOLA DE GETÚLIO VARGAS LTDA.  
Recorrida : DRJ em Santa Maria - RS

**PIS. COMPENSAÇÃO FEITA PELO CONTRIBUINTE.  
EFEITOS.**

A partir da MP nº 66/2002, a compensação feita pelo contribuinte e declarada à Secretaria da Receita Federal extingue o crédito tributário sob condição resolutória de ulterior homologação. Se a compensação foi feita em desacordo com a legislação, não produz os efeitos legais e não pode ser homologada.

**Recurso negado.**

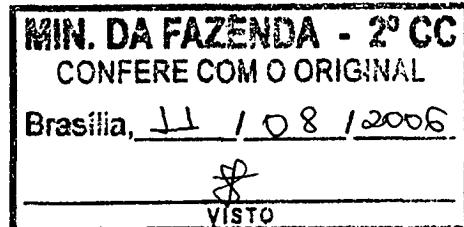
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por COOPERATIVA TRITÍCOLA DE GETÚLIO VARGAS LTDA.

ACORDAM os Membros da Primeira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por maioria de votos, em negar provimento ao recurso.** Vencidos os Conselheiros Gileno Gurjão Barreto, Fabiola Cassiano Keramidas e Gustavo Vieira de Melo Monteiro. O Conselheiro Fernando Luiz da Gama Lobo D'Eça votou pelas conclusões.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 2006.

*Josefa Maria Coelho Marques*  
Josefa Maria Coelho Marques  
**Presidente**

*Walber José da Silva*  
Walber José da Silva  
**Relator**



Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Maurício Taveira e Silva e José Antonio Francisco.



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 11030.000175/2004-18  
Recurso nº : 130.086  
Acórdão nº : 201-79.291

MIN. DA FAZENDA - 2º CC  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Brasília, 11 / 08 / 2006

VINTO

2º CC-MF  
Fl.

Recorrente : COOPERATIVA TRITÍCOLA DE GETÚLIO VARGAS LTDA.

## RELATÓRIO

No dia 27/01/2004 a COOPERATIVA TRITÍCOLA DE GETÚLIO VARGAS LTDA., já qualificada nos autos, apresentou a Declaração de Compensação de fl. 01, onde comunica que compensou débitos de PIS (09/2002 a 12/2003) com créditos também de PIS, relativos a pagamentos indevidos ocorridos no período entre 05/1992 e 12/1993 (fl. 02).

Na primeira página do requerimento de fls. 42/50, encaminhado em atenção à intimação fiscal, a interessada informa que é autora do Processo Judicial nº 2001.71.04.005499-5, onde discute a constitucionalidade e exigibilidade da contribuição para o PIS de 1% sobre a folha de pagamento e da contribuição de 0,75% incidente sobre a receita concernente às vendas para não associados e que a compensação realizada baseou-se no disposto do art. 66 da Lei nº 8.383/91.

O referido processo é uma Ação Ordinária em curso à época em que as compensações foram efetuadas e não há, para a mesma, decisão antecipando a tutela.

Nos termos do Despacho Decisório de fls. 110/112, o Delegado da DRF em Passo Fundo - RS não reconheceu o direito creditório da interessada e, consequentemente, não homologou a compensação efetuada, em estrito cumprimento ao disposto no artigo 170-A do CTN, incluído pela LC nº 104, de 10/01/2001.

Ciente do Despacho Decisório supracitado, tempestivamente, a interessada ingressa com manifestação de inconformidade, fls. 118/136.

A 2ª Turma de Julgamento da DRJ em Santa Maria - RS indeferiu o pleito da recorrente, pelos mesmos fundamentos do Despacho Decisório, nos termos do Acórdão DRJ/STM nº 3.623, de 11/03/2005.

Ciente da decisão de primeira instância em 12/04/2005, fl. 191, a contribuinte interpôs recurso voluntário em 10/05/2005, onde, em síntese, argumenta que:

1 - a Resolução nº 174 do Banco Central, o ADN CST nº 14/85 e os Decretos-Leis nºs 2.445 e 2.449, de 1988, são reconhecidamente inconstitucionais, conforme jurisprudência citada, e, estando o crédito em favor da recorrente sob análise do Poder Judiciário, o qual já havia decidido pela possibilidade da compensação, a qualquer tempo, pela própria contribuinte, mesmo já em vigor a norma contida no artigo 170-A do CTN, deve a Administração Pública aguardar o deslinde do feito perante o Poder Judiciário para, só depois do trânsito em julgado da decisão judicial, proceder com as averiguações, quer dizer, homologar a compensação efetuada;

2 - a lei assegura a compensação sem a prévia anuência da autoridade fazendária e não resta dúvida que a certeza e liquidez do crédito somente é obtida com o trânsito em julgado da ação principal e executória, quando então o contribuinte passa a ter um título de crédito constituído;

JAM

(W)



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 11030.000175/2004-18  
Recurso nº : 130.086  
Acórdão nº : 201-79.291

MIN. DA FAZENDA - 2º CC	
CONFERE COM O ORIGINAL	
Brasília, 11 / 08 / 2006	
<i>[Assinatura]</i>	
VISTO	

2º CC-MF  
Fl.

3 - o art. 170-A do CTN não inova, eis que obsta a compensação antes do trânsito em julgado da decisão judicial, o que equivale dizer, requer liquidez e certeza do crédito;

4 - a jurisprudência solidificou-se no sentido de compreender a limitação da compensação prevista no art. 170-A sem aplicação retroativa, valendo apenas para os pagamentos indevidos realizados após sua publicação;

5 - o art. 170-A não tem aplicação prática, já que o sujeito passivo pode, a qualquer momento, comparecer à Fazenda Pública e dar início a compensação administrativa. Aponta entendimento de doutrinador; e

6 - o direito à compensação tem índole eminentemente potestativa, ou seja, consubstancia-se num direito que pode ser exercido com base num autorizativo legal, independentemente e até mesmo contra a vontade daqueles em cuja esfera jurídica interfere - independentemente de qualquer anuência estatal preliminar.

Consta dos autos que o arrolamento de bens está sendo controlado no Processo Administrativo nº 13027.000111/2005-82 (fl. 261).

Na forma regimental, o processo foi a mim distribuído no dia 28/03/2006, conforme despacho exarado na última folha dos autos - fl. 263.

É o relatório.

(W) 3



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 11030.000175/2004-18  
Recurso nº : 130.086  
Acórdão nº : 201-79.291

MIN. DA FAZENDA - 2º CC	
CONFERE COM O ORIGINAL	
Brasília, 31 / 08 / 2006	
S.	VISTO

2º CC-MF  
Fl.

**VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR**  
**WALBER JOSÉ DA SILVA**

O recurso voluntário é tempestivo, está instruído com a garantia de instância e atende às demais exigências legais, razão pela qual dele conheço.

O que está em discussão nestes autos é a regularidade da compensação efetuada pela recorrente e comunicada a SRF em 27/01/2004, que não a homologou.

O Acórdão, a meu ver, decidiu a questão com acerto e justiça.

Pouco há a acrescentar aos fundamentos do Despacho Decisório e do Acórdão recorrido, que ratifico e adoto como se aqui estivessem escritos.

Como é cediço, a Lei nº 10.637/2002 (MP nº 66, de 29/08/2002) alterou profundamente os procedimentos da compensação de créditos tributários. Por este novo regramento, a compensação efetuada pelo sujeito passivo e declarada à Secretaria da Receita Federal extingue, desde logo, o crédito tributário, sob condição resolutória de sua ulterior homologação. Reza o artigo 49 da Lei nº 10.637/2002 (MP nº 66/2002):

*"Art. 49. O art. 74 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:*

*'Art. 74. O sujeito passivo que apurar crédito, inclusive os judiciais com trânsito em julgado, relativo a tributo ou contribuição administrado pela Secretaria da Receita Federal, passível de restituição ou de resarcimento, poderá utilizá-lo na compensação de débitos próprios relativos a quaisquer tributos e contribuições administrados por aquele Órgão.*

*§ 1º A compensação de que trata o caput será efetuada mediante a entrega, pelo sujeito passivo, de declaração na qual constarão informações relativas aos créditos utilizados e aos respectivos débitos compensados.*

*§ 2º A compensação declarada à Secretaria da Receita Federal extingue o crédito tributário, sob condição resolutória de sua ulterior homologação.*

*(...)*

*§ 5º A Secretaria da Receita Federal disciplinará o disposto neste artigo."* (NR) (g.f.)

É evidente que a compensação efetuada pela recorrente e declarada à SRF em janeiro de 2004 não atendeu as disposições legais que regem a matéria, especificamente ao disposto no artigo 170-A do CTN, que, aliás, não alterou o artigo 170 do CTN como entende a recorrente.

É cediço que a administração pública rege-se pelo princípio da estrita legalidade (CF, art. 37, *caput*), especialmente em matéria de administração tributária, que é uma atividade administrativa plenamente vinculada (CTN, artigos 3º e 142, parágrafo único).

Desta forma, o agente público encontra-se preso aos termos da lei, não se lhe cabendo inovar ou suprimir as normas vigentes, o que significa, em última análise, introduzir discricionariedade onde não lhe é permitida.

*WJS*

*WJ* 4



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 11030.000175/2004-18  
Recurso nº : 130.086  
Acórdão nº : 201-79.291

MIN. DA FAZENDA - 2º CC  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Brasília, 11 / 08 / 2006

*[Assinatura]*  
VISTO

2º CC-MF  
Fl.

A decisão recorrida está em perfeita sintonia com a legislação de regência e qualquer outra solução fere de morte o princípio da estrita legalidade acima referido.

Por absoluta falta de respaldo legal, não ha como acatar a pretensão da recorrente para a Administração Pública aguardar o deslinde do feito perante o Poder Judiciário, para, só depois do trânsito em julgado da decisão judicial, proceder às averiguações, quer dizer, homologar a compensação efetuada.

Por evidente, a decisão recorrida não se opôs ao direito de a recorrente efetuar compensação sem prévia anuênciam da SRF. Aliás, pela legislação acima citada, a comunicação à SRF é feita posteriormente à compensação para fins de homologação.

No caso sob exame, a autoridade da SRF não reconheceu o direito creditório da recorrente por expressa previsão legal e, de fato, ainda não há crédito líquido e certo da recorrente contra a Fazenda Nacional, passível de compensação, como admitido nas seguintes palavras do recurso voluntário (fl. 206):

*"Veja-se que o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, data do ano de 1996, quando a muita já estava vigente o art. 170 do CTN, o qual dispõe que a compensação somente pode ser procedida com créditos líquidos e certos, ..."*

(...)

*"Não resta dúvida que a certeza e liquidez do crédito, somente é obtida com o trânsito em julgado da ação principal, quando então o contribuinte passa a ter um título de crédito constituído e exigível".*

Em face do exposto, e por tudo o mais que do processo consta, voto no sentido de negar provimento ao recurso voluntário.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 2006.

WALBER JOSÉ DA SILVA